NÚCLEO DE GEOGRAFIA HISTÓRICA

RELATÓRIO TÉCNICO

PROJETO ALMA CUIABÁ

Experiências no Centro Histórico de Cuiabá



Apoio
GEOGRAFIA UFMT
FAPEMAT
Governo de Mato Grosso
CNPq
CAPES

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
INSTITUTO DE GEOGRAFIA, HISTÓRIA E DOCUMENTAÇÃO
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

RELATÓRIO TÉCNICO DO NÚCLEO DE GEOGRAFIA HISTÓRICA

Edital FAPEMAT Nº 03/2025 Pesquisa Centro Histórico de Cuiabá

Projeto "Geografias do Cuidado e Cartografias Afetivas do Centro Histórico de Cuiabá - MT: Memória, Patrimônio e Conservação"

Cuiabá
2026

EQUIPE TÉCNICA

Coordenação Geral do Projeto

Prof.ª Dr.ª Marcia Alves Soares da Silva
Docente do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia - UFMT

Núcleo de Geografia Histórica
Coordenação do Núcleo

Prof° Dr. Francisco de Assis Gonçalves Junior
Docente do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia - UFMT

Pesquisadores

Ana Carolina Pires de Oliveira
Graduanda em Licenciatura em Geografia – UFMT

Benjamim Gonçalves da Silva
Graduando em Bacharelado em Geografia – UFMT

Carlos Hernandez Freire Tavares
Geógrafo; Mestrando em Geografia – Programa de Pós-Graduação em Geografia - UFMT

Erica Meriele de Jesus Silva
Geógrafa; Mestrando em Geografia – Programa de Pós-Graduação em Geografia - UFMT

Agradecimentos

A realização do projeto “Geografias do Cuidado e Cartografias Afetivas do Centro Histórico de Cuiabá - MT: Memória, Patrimônio e Conservação” foi possível a partir da participação e da colaboração de muitas pessoas, instituições e coletivos que, de diferentes formas, contribuíram para sua construção e desenvolvimento.

Agradecemos, especialmente, à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso (FAPEMAT), pelo financiamento que possibilitou a realização da pesquisa, a aquisição de equipamentos, o desenvolvimento das atividades de campo, a formação da equipe e a produção e circulação dos conhecimentos construídos ao longo do projeto.

Agradecemos à Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), especialmente ao Departamento de Geografia e Departamento de História, pelo apoio institucional e pelas condições que possibilitaram o desenvolvimento das atividades de pesquisa, ensino e extensão articuladas ao projeto.

Agradecemos também o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), cujos investimentos na formação e na pesquisa científica contribuíram para o desenvolvimento deste projeto.

Nosso agradecimento se estende a todos os docentes, pesquisadores, técnicos e estudantes que integraram a equipe, contribuindo com seus diferentes conhecimentos, experiências, perspectivas e formas de olhar para o Centro Histórico de Cuiabá. A diversidade de formações e trajetórias foi fundamental para a construção interdisciplinar da pesquisa e para a realização das atividades dos núcleos de Patrimônio, Arqueologia, Geografia Histórica e Geoprocessamento.

Agradecemos também às instituições, pesquisadores e parceiros que estabeleceram interlocuções com o projeto e contribuíram para o desenvolvimento das atividades, compartilhando conhecimentos, experiências, acervos, espaços e possibilidades de colaboração.

Um agradecimento especial é dirigido aos moradores, comerciantes, trabalhadores, frequentadores, artistas, grupos e coletivos culturais do Centro Histórico de Cuiabá que acolheram a equipe, compartilharam suas histórias, memórias, experiências e percepções e contribuíram para que a pesquisa pudesse conhecer o território para além de seus registros documentais e materiais. As narrativas e experiências compartilhadas foram fundamentais para a

construção das Cartografias Afetivas e para a compreensão das diferentes formas de cuidado, pertencimento, permanência e apropriação que constituem esse território.

Agradecemos ainda às escolas, professores, estudantes, instituições e comunidades que participaram das atividades de educação patrimonial, oficinas, caminhadas, encontros e demais ações abertas ao público. Esses momentos foram fundamentais para estabelecer uma relação de diálogo entre a universidade e a sociedade, permitindo que os conhecimentos produzidos pela pesquisa circulassem para além dos espaços acadêmicos.

Por fim, agradecemos a todas e todos que, mesmo não estando diretamente vinculados à equipe, contribuíram para que o projeto acontecesse. Cada encontro, caminhada, conversa, registro, descoberta e troca fez parte da construção desta pesquisa.

Este relatório é, portanto, também um registro de um trabalho coletivo. Para além de documentar resultados, ele reúne parte de uma experiência construída no encontro entre universidade, território e sociedade, reafirmando a perspectiva que orientou nossas ações: conhecer para cuidar.

Sumário

1. Introdução..... 6
2. Reflexões sobre a iconografia da paisagem no Centro Histórico de Cuiabá: permanências, ausências e transformações urbanas..... 8
2. 1 Paisagem, iconografia e simbolismo: eixo teórico e de método.....8
2.2 A formação colonial: mineração, fé e poder na paisagem urbana.....9
2.3 Cuiabá como paisagem de centralidade e disputa territorial..... 12
2.4 Século XIX: circulação fluvial, ferro e modernidade urbana.....13
2.5 Modernização, demolições e apagamentos da paisagem histórica.....15
2.6 Tombamento e preservação: da cidade-monumento à paisagem cultural..... 17
2.7 A iconografia da paisagem cuiabana: permanências, ausências e disputas de sentido..... 19
2.8 Requalificação, experiência urbana e direito à memória.....20
3. Considerações finais..... 23
4. Referências..... 23

1. Introdução

Este relatório técnico produzido pelo Núcleo de Geografia Histórica traz uma análise e descrição da história do Centro de Cuiabá, a partir de uma perspectiva geográfica. O Núcleo interpreta o Centro Histórico de Cuiabá a partir da relação entre materialidade urbana, iconografia da paisagem e produção simbólica da memória.

Parte-se da formação da antiga Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, vinculada à mineração setecentista, para compreender como igrejas, ruas, largos, córregos, edifícios administrativos, áreas de circulação e marcos urbanos constituíram uma paisagem cultural marcada por relações de poder, religiosidade, trabalho, distinção social e permanência histórica.

O eixo teórico principal é a a partir de contribuições da Geografia Cultural, especialmente a leitura da paisagem como modo de ver e como imagem cultural. A partir desse referencial, a cidade não é tomada apenas como forma urbana ou documento histórico, mas como campo visual de significados, no qual a materialidade construída expressa disputas de representação.

O texto também discute as transformações do século XIX e XX, o impacto da modernização, a demolição de referências patrimoniais, a política de tombamento e os desafios contemporâneos da preservação. Sustenta-se que Cuiabá deve ser lida como paisagem-palimpesto: um tecido urbano no qual permanecem marcas coloniais, intervenções modernas, ausências patrimoniais e possibilidades de reinvenção simbólica.

Cuiabá apresenta uma condição privilegiada para a leitura geográfica da paisagem urbana. Não apenas por sua antiguidade no processo de interiorização colonial portuguesa, mas porque sua forma urbana condensa, em escala relativamente concentrada, diferentes regimes de visualidade: o arraial minerador, a vila colonial, a cidade administrativa, o núcleo religioso, o entreposto fluvial, a capital modernizada, o centro histórico tombado e o espaço contemporâneo em disputa. A cidade não pode ser lida apenas como uma sucessão cronológica de fatos, mas pela maneira como eles se sedimentaram em formas visíveis, ausências, substituições e permanências.

A pergunta que orienta a discussão pode ser formulada nos seguintes termos: como a materialidade do centro histórico de Cuiabá, formada por igrejas, ruas, largos, córregos, edifícios administrativos, residências, eixos de circulação e vazios produzidos por abandono e demolições, expressam uma iconografia da paisagem? A hipótese defendida é que a cidade histórica deve ser interpretada como paisagem cultural e simbólica, na qual as formas urbanas não apenas registram

o passado, mas participam ativamente da produção de sentidos sobre a origem, a centralidade e a identidade cuiabana.

O eixo teórico adotado é o da geografia cultural de Denis Cosgrove (1948-2008), segundo a qual a paisagem não se reduz a cenário, à natureza contemplada ou à aparência urbana, ela é um modo historicamente situado de ver, representar e ordenar o mundo. Ao afirmar que "Landscape is not merely the world we see; it is a construction, a composition of that world. Landscape is a way of seeing the world" (COSGROVE, 1998, p. 13), o autor permite deslocar a análise da paisagem urbana de Cuiabá do plano puramente descritivo para o campo da representação. Em tradução livre: a paisagem não é simplesmente o mundo visto, mas uma composição histórica e cultural desse mundo.

Esse ponto permite compreender o centro histórico como uma construção material e simbólica vinculada às relações que participaram de sua produção. A leitura iconográfica proposta neste artigo busca articular as formas urbanas aos sentidos que lhes são atribuídos, considerando os processos sociais e políticos que orientam sua produção, percepção, valorização, transformação e preservação.

A cidade de Cuiabá foi fundada oficialmente em 8 de abril de 1719, em contexto de expansão bandeirante e mineração aurífera, e elevada em 1º de janeiro de 1727 à condição de Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá (CUIABÁ, s.d.). A partir desse núcleo, a paisagem urbana passou a expressar uma organização colonial fundada na articulação entre fé, governo, trabalho e domínio territorial. A mineração vinculada ao córrego da Prainha, a centralidade da Igreja Matriz, a presença das Casas de Câmara e Cadeia, os caminhos para o Porto e para Goiás, as capelas e os largos formaram uma gramática espacial que não era neutra. Ela ensinava lugares, hierarquias e pertencimentos.

Conforme a documentação que fundamentou o processo de tombamento do Centro Histórico de Cuiabá, no século XIX, especialmente após a abertura da navegação pelo rio Paraguai no contexto posterior à Guerra do Paraguai, a cidade ampliou sua articulação econômica e simbólica. No século XX, os discursos e as intervenções associados à modernização alteraram profundamente a fisionomia urbana do centro. A demolição da antiga Catedral Metropolitana, em 1968, constituiu um dos episódios mais expressivos dessa ruptura, por atingir um marco visual diretamente relacionado à origem histórica da cidade. O posterior tombamento federal do conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico de Cuiabá reconheceu, nesse sentido, a

necessidade de preservar uma paisagem formada pela sobreposição de diferentes períodos históricos, e não apenas por monumentos considerados isoladamente (BRASIL, 1985).

Dessa forma, o artigo parte do referencial teórico da iconografia da paisagem em Cosgrove e, a partir dele, examina a formação colonial de Cuiabá como paisagem simbólica de poder, fé e trabalho. Em seguida, acompanha a expansão urbana e as transformações ocorridas ao longo do século XIX, avançando para a análise dos processos de modernização, das demolições e da produção de ausências na paisagem. Por fim, aborda o tombamento e a preservação como parte das disputas contemporâneas em torno da memória e da visualidade urbana.

2. Reflexões sobre a iconografia da paisagem no Centro Histórico de Cuiabá: permanências, ausências e transformações urbanas

2. 1 Paisagem, iconografia e simbolismo: eixo teórico e de método

A noção de iconografia da paisagem, tal como trabalhada por Cosgrove e Daniels (1988), parte de uma recusa da paisagem como realidade meramente dada. A paisagem é visível, mas seu sentido não se esgota no visível. Ela depende de códigos culturais, posições sociais, práticas de representação, técnicas de observação e relações de poder. Por isso, a leitura da paisagem exige decodificar seus símbolos e perguntar quem produziu determinada imagem do mundo, para quem ela foi produzida e quais relações sociais ela expressa.

Na introdução de *The Iconography of Landscape*, Cosgrove e Daniels afirmam que "A landscape is a cultural image, a pictorial way of representing, structuring or symbolising surroundings" (COSGROVE; DANIELS, 1988, p. 1). Em tradução livre, os autores compreendem a paisagem como uma imagem cultural, uma forma visual de representar, organizar e simbolizar o entorno.

Em Cuiabá, essa leitura é particularmente produtiva porque a cidade nasceu de uma relação tensa entre natureza, mineração e projeto colonial. O córrego da Prainha, o rio Cuiabá, os montes associados a devoções religiosas e os caminhos de circulação foram incorporados a uma ordem simbólica que articulou materialidade ambiental e representação social na paisagem cuiabana.

A rua existe materialmente, mas sua posição de prestígio ou subalternidade depende de relações sociais. A igreja é edifício, mas também signo de centralidade e sacralidade. O porto é infraestrutura de circulação, mas também imagem de abertura econômica e integração territorial.

A paisagem funciona como um palimpsesto desigual, no qual algumas camadas foram protegidas, outras destruídas e outras convertidas em mercadoria. Embora essa noção não tenha sido formulada por Cosgrove, ela se aproxima de sua perspectiva ao evidenciar a permanência, a sobreposição e o apagamento seletivo de formas e significados ao longo do tempo.

Jean-Marc Besse contribui para reforçar essa dimensão híbrida da paisagem ao lembrar que "a paisagem não é a natureza, mas o mundo humano tal como ficou inscrito na natureza ao transformá-la" (BESSE, 2014, p.34). Essa afirmação permite compreender que a cidade histórica não se constitui à margem da natureza, tampouco resulta de uma ação humana exercida sobre um suporte físico passivo e indiferenciado. O relevo, os cursos d'água, o clima, a vegetação e os caminhos condicionam práticas, formas de ocupação e modos de circulação, ao mesmo tempo que são continuamente transformados pela ação social.

Dessa forma, a iconografia da paisagem cuiabana deve ser lida como articulação entre três planos. O primeiro é o plano material, formado por edifícios, ruas, praças, técnicas construtivas, caminhos, córregos e relevo. O segundo é o plano simbólico, composto por valores de fé, autoridade, civilização, progresso, memória e pertencimento. O terceiro é o plano político, no qual se definem as permanências e os apagamentos, isto é, aquilo que se preserva como patrimônio e aquilo que se aceita perder em nome da modernização ou da rentabilidade imobiliária.

2.2 A formação colonial: mineração, fé e poder na paisagem urbana

A formação urbana de Cuiabá deve ser compreendida no contexto da mineração do início do século XVIII e da expansão portuguesa para o interior do continente. A descoberta das minas, o estabelecimento do arraial e a posterior elevação à condição de vila criaram um núcleo urbano cuja função excedia a exploração econômica. A cidade nascente era também um dispositivo de fixação territorial, controle fiscal, organização religiosa e afirmação de soberania. A paisagem inicial traduzia essa condição.

A reconstrução histórica da paisagem colonial de Cuiabá fundamenta-se na documentação histórica e urbanística reunida no processo de tombamento federal do Centro Histórico, elaborado

pela Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em 1985 (BRASIL, 1985). O documento aponta a ocupação associada às minas e ao córrego da Prainha como decisiva para o desenho inicial da cidade, enquanto a Instrução Normativa do Centro Histórico define o patrimônio protegido como "representativo da soma dos períodos históricos da cidade de Cuiabá, desde 1722, com a descoberta das minas do Rosário, até os dias de hoje" (BRASIL/IPHAN, 1994, art. 1º, §1º). Com base na perspectiva da iconografia da paisagem, esse conjunto urbano é interpretado como uma sedimentação temporal cujas formas expressam valores, hierarquias e significados socialmente produzidos (COSGROVE; DANIELS, 1988).

Na Cuiabá setecentista, o córrego da Prainha constituía um elemento natural da paisagem que também participava da organização espacial do núcleo urbano e da diferenciação entre os espaços de trabalho e os espaços de poder. De um lado, encontravam-se a mineração e outras práticas produtivas; de outro, os edifícios religiosos e administrativos. Embora essa distribuição estivesse relacionada às condições topográficas, ela também pode ser interpretada como expressão espacial da ordem colonial, tornando perceptíveis as distinções entre produção, autoridade e sacralidade (BRASIL, 1985).

A centralidade da Igreja Matriz do Senhor Bom Jesus de Cuiabá, associada aos edifícios de governo, justiça e administração, contribuía para compor uma paisagem marcada pela presença institucional do poder. O largo, a igreja, o pelourinho, a cadeia e as residências das autoridades formavam uma paisagem urbana organizada segundo princípios de hierarquia e representação. Sob uma leitura iconográfica, a disposição desses elementos não apenas atendia às funções administrativas e religiosas, mas também conferia visibilidade à ordem colonial. Enquanto os principais marcos religiosos e institucionais ocupavam posições de destaque, os espaços relacionados ao trabalho, à escravidão e à vida popular assumiam posição menos proeminente na imagem dominante da cidade (BRASIL, 1985). Essa relação entre forma urbana, memória e diferenciação social também é identificada por Silva, Silva e Silva (2025):

> Tais elementos assumem um papel fomentador ao evocarem narrativas históricas que reverberam modos de vida e relações sociais, revelando a sobreposição entre forma, memória e experiência urbana. Esse panorama relacional se reflete, para além das condições naturais do terreno, na própria distribuição espacial, que também se apoiava em critérios de segregação. (SILVA; SILVA; SILVA, 2025, p. 13).

As capelas e igrejas construídas ao longo do século XVIII ampliaram essa estrutura espacial e simbólica. A Igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, a Igreja de Nossa

Senhora do Bom Despacho e os demais templos constituíam locais de culto e marcos capazes de orientar deslocamentos, produzir referências espaciais e materializar práticas religiosas. A permanência da Igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito é especialmente significativa, pois associa a paisagem religiosa à memória das populações negras e das irmandades (BRASIL, 1985), permitindo que a leitura da cidade ultrapasse os espaços formais da administração colonial.

A paisagem colonial também pode ser compreendida por meio das técnicas construtivas registradas na documentação do tombamento. A taipa, o adobe, os telhados, os quintais, os alinhamentos das ruas e as fachadas expressavam a adaptação às condições ambientais e a consolidação progressiva do núcleo urbano. Cuiabá constituiu-se a partir de modelos europeus adaptados às condições locais, configurando uma expressão própria da ordem colonial. O emprego de materiais disponíveis, a adaptação ao relevo e a incorporação de práticas construtivas regionais produziram uma paisagem na qual referências culturais coloniais se concretizaram por meio de condições técnicas e ambientais próprias do território (BRASIL, 1985).

As Ruas de Cima e de Baixo constituíam os principais eixos do núcleo urbano e acompanhavam, no sentido norte-sul, o curso do córrego da Prainha. Sua disposição expressava uma diferenciação social própria do urbanismo português: a parte alta vinculava-se às autoridades e aos grupos de maior prestígio, enquanto a parte baixa concentrava o comércio e os ofícios mecânicos. Entre essas duas vias, a Rua do Meio surgiu por volta de 1745, quando os fundos das casas e dos quintais ainda formavam um bloco contínuo nessa área central da vila (ROSA, 2000).

A permanência da Rua do Meio foi objeto de conflito em 1777, quando a Câmara determinou seu fechamento como parte das intervenções destinadas a reorganizar e “formosear” o espaço urbano. Os proprietários das casas existentes na via recorreram da decisão, alegando prejuízos e sua importância para a circulação entre diferentes partes da vila (ROSA, 2000). O episódio evidencia que a configuração urbana de Cuiabá resultou também de disputas entre moradores, autoridades locais e representantes do poder metropolitano, envolvendo os limites entre o uso público das ruas e os interesses de ordenamento urbano

O Porto Geral completava essa composição espacial. Embora inicialmente periférico em relação ao núcleo principal, o porto conectava a cidade ao rio e a outras redes de circulação. Representava materialmente o abastecimento, o comércio e o deslocamento de pessoas e mercadorias, ao mesmo tempo que incorporava, na imagem da cidade, os sentidos de comunicação, expansão e abertura para outros territórios. A articulação entre a matriz, o córrego,

as ruas, as capelas e o porto compunham, assim, uma imagem urbana relativamente coerente de Cuiabá como núcleo interiorano de mineração, religiosidade e administração, situado em posição estratégica no processo de ocupação das fronteiras coloniais (BRASIL, 1985).

2.3 Cuiabá como paisagem de centralidade e disputa territorial

A elevação do arraial à condição de Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, em 1727, marcou a institucionalização de uma centralidade que já vinha sendo constituída pela mineração e pela ocupação do território. O reconhecimento jurídico e político da vila introduziu novas instituições, práticas de controle e formas mais evidentes de representação da presença metropolitana. A Câmara, a cadeia, os órgãos arrecadadores e os agentes ligados ao governo colonial passaram a integrar uma paisagem na qual a administração se tornava materialmente visível (BRASIL, 1985).

A presença do arruador, mencionada na documentação relativa à organização urbana colonial, expressa esse processo de ordenamento. Arruar não significava apenas abrir vias de circulação, mas também demarcar, alinhar, regular e conferir forma ao núcleo urbano. Na lógica colonial, ordenar o espaço significava submetê-lo a racionalidades administrativas, fiscais, religiosas e políticas. As ruas, os largos e os alinhamentos das edificações funcionavam, assim, como formas materiais de organização e controle (BRASIL, 1985).

A criação da Capitania de Mato Grosso, em 1748, e a posterior escolha de Vila Bela da Santíssima Trindade como sede do governo deslocaram o centro político formal para a região do Guaporé. Cuiabá, contudo, preservou sua importância econômica, religiosa e social. A tensão entre a capitalidade juridicamente estabelecida e a centralidade historicamente consolidada constitui um aspecto importante da paisagem cuiabana. Mesmo sem concentrar a sede oficial do poder, a cidade permaneceu como referência de ocupação, memória e formação histórica da região (BRASIL, 1985).

A relação entre Cuiabá e Vila Bela estava ligada à organização administrativa e territorial da capitania, na qual cada localidade desempenhava funções distintas. Vila Bela materializava o projeto geopolítico de ocupação e defesa da fronteira ocidental diante das possessões espanholas, enquanto Cuiabá representava a força econômica, demográfica e simbólica acumulada desde o ciclo minerador. Os templos, as ruas e os edifícios de autoridade continuavam comunicando uma centralidade que a decisão administrativa não eliminara. Essa permanência mostra que as formas

urbanas podem expressar relações dominantes de poder e, simultaneamente, conservar tensões entre diferentes projetos territoriais.

A instalação de autoridades e equipamentos administrativos na área do Sítio da Mandioca, ao norte do núcleo inicial, também contribuiu para alterar a organização da cidade. O surgimento de novos pontos de autoridade produziu deslocamentos de centralidade e valorizou as vias que conectavam o núcleo mais antigo às áreas de expansão. A paisagem urbana não se apresentava, portanto, como estrutura fixa, mas como configuração historicamente reorganizada pelas mudanças políticas, econômicas e institucionais (BRASIL, 1985).

A topografia e os cursos d'água participavam igualmente dessa composição. A posição da cidade em relação ao rio, os montes associados às práticas religiosas e os córregos utilizados como referências de ocupação e expansão demonstram a articulação entre elementos naturais e formas construídas.

A paisagem colonial de Cuiabá era simultaneamente material e imagética, pois, produzida pelo trabalho, pelas técnicas construtivas e pelas práticas cotidianas, representava a cidade como núcleo cristão, administrativamente ordenado e politicamente relevante no interior do Brasil, conferindo visibilidade às instituições coloniais e aos grupos dominantes e legitimando hierarquias sustentadas pela exploração do trabalho escravizado e pela subordinação das populações indígenas e negras.

2.4 Século XIX: circulação fluvial, ferro e modernidade urbana

No século XIX, Cuiabá consolidou sua condição de capital provincial e passou por transformações relacionadas à circulação fluvial, ao comércio e à inserção em novos circuitos econômicos. Sua elevação à categoria de cidade, em 1818, e a posterior afirmação como capital de Mato Grosso reforçaram a centralidade política que já vinha exercendo. Contudo, as mudanças mais expressivas na paisagem urbana ocorreram após a Guerra do Paraguai, quando a navegação pelo rio Paraguai ampliou as conexões comerciais e territoriais da cidade (BRASIL, 1985).

Nesse contexto, o rio além de recurso natural, via de abastecimento e elemento de delimitação territorial, passou a simbolizar abertura, comunicação e integração com espaços mais amplos. O Porto Geral ganhou importância econômica e social, aproximando o núcleo urbano dos fluxos de mercadorias, pessoas e informações. Cuiabá, situada no interior do continente, passou a

se representar, ainda que de forma parcial e desigual, como cidade conectada a redes regionais, nacionais e internacionais.

A incorporação do ferro à paisagem urbana constituiu um dos signos mais visíveis desse processo. Grades, coretos, chafarizes, estruturas metálicas e equipamentos vinculados à circulação introduziram uma linguagem material associada à modernização técnica. O ferro comunicava ideias de progresso, durabilidade, disciplina e integração com padrões urbanos valorizados em outras cidades brasileiras e estrangeiras (BRASIL, 1985).

Os espaços públicos igualmente passaram por modificações, com praças ajardinadas, traçados geométricos, coretos e novos equipamentos urbanos que contribuíram para formar uma estética cívica relacionada às práticas de sociabilidade então consideradas modernas. A praça, anteriormente marcada sobretudo pela proximidade com a igreja e com as instituições coloniais, incorporou atividades de convivência, circulação e representação social. A paisagem passou, assim, a reunir diferentes sentidos, articulando sacralidade, autoridade civil e civilidade urbana.

Essas transformações alteraram parcialmente as formas anteriores, enquanto as ruas sinuosas, os lotes estreitos e as edificações de origem colonial continuaram presentes e passaram a conviver com materiais, ornamentos e equipamentos associados ao século XIX. A modernização ocorreu principalmente por acréscimo e sobreposição, fazendo da paisagem de Cuiabá um palimpsesto no qual novas formas e significados se inscreviam sobre estruturas preexistentes sem apagar inteiramente seus vestígios.

O prestígio urbano deixou de depender apenas da proximidade com os edifícios religiosos e administrativos, incorporando também a relação com os fluxos econômicos e com os espaços de circulação mercantil. Comerciantes, proprietários, profissionais liberais e agentes ligados à navegação contribuíram para reorganizar os usos e os significados de determinadas áreas da cidade. A paisagem passou a expressar, simultaneamente, a permanência da memória colonial e a emergência de uma modernidade comercial.

Essa modernização ocorreu de maneira limitada e desigual, pois a ampliação da circulação fluvial conviveu com o relativo isolamento de Cuiabá em relação aos principais centros econômicos do país e com a permanência das hierarquias sociais e raciais herdadas do período colonial. As inovações materiais conviveram com permanências profundas na estrutura social, pois o ferro, os jardins e os novos equipamentos urbanos projetavam uma imagem de progresso distribuído desigualmente entre os grupos e espaços da cidade.

As formas associadas à modernidade produziam imagens de ordem, civilidade e integração, mas também podiam ocultar desigualdades e exclusões. Um coreto podia simbolizar sociabilidade pública e, ao mesmo tempo, integrar um espaço seletivamente apropriado. O porto podia representar abertura econômica, mas também expressar a concentração da riqueza e do controle dos circuitos comerciais.

2.5 Modernização, demolições e apagamentos da paisagem histórica

Entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, Cuiabá atravessou períodos de crescimento desigual, estagnação relativa e modernização pontual. A instalação de energia elétrica, telefonia, equipamentos públicos, instituições de ensino e novas formas de circulação modificou práticas cotidianas e introduziu referências técnicas até então pouco presentes na cidade. O centro antigo, entretanto, conservou parte expressiva de sua estrutura urbana e de suas edificações, produzindo uma paisagem ambígua, marcada pela permanência das formas coloniais e pela incorporação de usos e aspirações associados à modernidade (BRASIL, 1985).

A partir das décadas de 1930 e 1940, os discursos de interiorização, integração nacional e progresso adquiriram maior força. A Marcha para o Oeste e a valorização política e simbólica do Centro-Oeste contribuíram para reposicionar Cuiabá na representação do território nacional. A cidade passou a ser apresentada como ponto estratégico da ocupação interiorana, imagem reforçada por sua associação ao centro geográfico do continente e pelo Marco do Centro Geodésico da América do Sul.

A abertura de avenidas, a construção de pontes e a implantação de edifícios públicos introduziram na paisagem uma linguagem associada à mobilidade, à integração e à monumentalidade. A Avenida Getúlio Vargas, a Ponte Júlio Müller e os novos eixos de expansão projetaram o crescimento urbano para além do núcleo colonial. Essas intervenções não desempenhavam apenas funções viárias ou administrativas. Também contribuíam para representar Cuiabá como cidade integrada ao território nacional e orientada para o futuro. Essa visualidade modernizadora, contudo, estabeleceu uma relação progressivamente conflituosa com o tecido histórico.

O episódio mais expressivo dessa tensão foi a demolição da antiga Catedral Metropolitana, em 1968. Associada à formação histórica, religiosa e espacial de Cuiabá, a antiga

igreja matriz constituía um dos principais marcos visuais do centro urbano. Lacerda registra que “as intervenções remodeladoras [...] contaram também com a demolição da Catedral Metropolitana” (LACERDA, 2014, p. 29). A intervenção atingiu, portanto, não somente uma edificação religiosa, mas um elemento diretamente relacionado à origem da cidade e à organização de sua paisagem histórica.

O desaparecimento da antiga catedral reorganizou a memória visual do centro de Cuiabá, modificando as relações entre o presente urbano e os vestígios de sua formação colonial. A nova edificação não apenas introduziu outra linguagem arquitetônica, mas ocupou o lugar de um marco por meio do qual a origem da cidade podia ser reconhecida e experienciada. A ausência da construção anterior passou, desse modo, a integrar a própria iconografia urbana, como evidência de uma ruptura produzida em nome da modernização. A dimensão afetiva e identitária dessa ruptura é destacada também por Daltro (2026):

> A demolição da igreja gerou grande comoção na cidade, pois a relação da edificação ia muito além da religiosa. Era uma relação de afeto, pois a igreja fazia parte das memórias locais dos seus habitantes, era parte da representação da identidade dos seus habitantes, sendo assim sua demolição tornou-se um ato de violência contra a identidade cultural da sua população.
> (DALTRO, 2026, p. 191).

A demolição alterou, portanto, não apenas a configuração material e visual do centro, mas também uma referência coletiva de memória e pertencimento.

Processos semelhantes atingiram outras edificações, becos, alinhamentos de ruas e formas tradicionais de sociabilidade. Em diferentes momentos, o discurso modernizador apresentou as formas antigas como obstáculos à circulação, ao crescimento econômico e à renovação urbana. A paisagem histórica passou a ser tratada como matéria passível de substituição, sobretudo quando confrontada com a valorização do solo e com a expansão das atividades comerciais e de serviços (BRASIL, 1985). A diminuição do uso residencial do centro e a alteração de suas funções contribuíram para ampliar a vulnerabilidade do patrimônio edificado.

A perspectiva de Cosgrove permite compreender que essas transformações não decorreram apenas da introdução de novas técnicas ou necessidades funcionais. Elas também envolveram a constituição de outro modo de perceber e representar a cidade. Formas anteriormente reconhecidas como parte da experiência histórica passaram a ser associadas ao atraso e à ineficiência. A rua estreita deixou de ser interpretada como expressão da formação urbana para ser considerada problema de circulação. A casa térrea passou a ser vista menos como

componente de uma escala urbana consolidada e mais como aproveitamento insuficiente de um lote economicamente valorizado.

Nesse sentido, a modernização pode ser compreendida como um regime visual que seleciona aquilo que deve adquirir destaque e aquilo que pode ser apagado da imagem urbana.

No entanto, a crítica patrimonial não implica a recusa de toda transformação. Preservar uma paisagem urbana não significa congelá-la ou impedir sua adaptação a novas funções. Significa questionar intervenções que reduzem a memória a obstáculo, desconsideram a espessura histórica dos lugares e submetem as formas urbanas exclusivamente à rentabilidade imediata.

2.6 Tombamento e preservação: da cidade-monumento à paisagem cultural

O tombamento do conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico de Cuiabá deve ser entendido como resposta institucional a um processo prolongado de perdas, pressões e redefinições urbanas. A proteção federal reconheceu que o valor patrimonial não se limitava a um edifício isolado, mas ao conjunto de relações espaciais que permitiam compreender a formação histórica da cidade. Essa opção é decisiva: o centro histórico é paisagem urbana, não inventário de peças autônomas.

A Instrução Normativa do Centro Histórico de Cuiabá afirma que a preservação do conjunto "será assegurada pela proteção, conservação, manutenção e revitalização de características culturais presentes em elementos como - implantação no terreno, arruamento, correr de edifícios alinhados à rua, sistemas e materiais construtivos – próprios da região durante os séculos dezoito e dezenove" (BRASIL/IPHAN, 1994, art. 2º). A citação evidencia que o valor patrimonial está no sistema urbano, isto é, na relação entre forma construída, terreno, rua, materiais e escala.

O documento também registra que o conjunto foi tombado pela União Federal em 4 de novembro de 1992, com base no Decreto-Lei nº 25/1937 (BRASIL/IPHAN, 1994). Esse dado permite distinguir o processo iniciado em 1985, com as notas históricas e estudos técnicos do tombamento, da homologação definitiva do bem. Essa distinção é importante para evitar imprecisão cronológica: 1985 refere-se ao processo e aos estudos; 1992, à proteção federal definitiva mencionada pela Instrução Normativa.

A legislação federal do tombamento, instituída pelo Decreto-Lei nº 25/1937, estabelece restrições claras às intervenções sobre os bens protegidos. O artigo 17 determina que as coisas tombadas "não poderão, em caso nenhum ser destruídas, demolidas ou mutiladas" e condiciona sua reparação, pintura ou restauração à prévia autorização do órgão responsável pela proteção patrimonial (BRASIL, 1937, art. 17). A Constituição Federal de 1988, por sua vez, ampliou a compreensão do patrimônio cultural ao reconhecer os "bens de natureza material e imaterial" portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira (BRASIL, 1988, art. 216).

Esses dois marcos jurídicos ajudam a compreender a complexidade do centro histórico de Cuiabá. Por um lado, o tombamento protege materialmente o conjunto urbano, impondo restrições às demolições, mutilações e demais intervenções capazes de comprometer sua integridade. Por outro, a Constituição de 1988 permite compreender o patrimônio para além da antiguidade ou do valor arquitetônico isolado, reconhecendo as referências culturais associadas às formas materiais. O centro histórico, portanto, não deve ser reduzido a um conjunto de fachadas preservadas. Sua significação também envolve memórias urbanas, práticas religiosas, sociabilidades, festas, percursos, usos cotidianos e vínculos afetivos construídos historicamente pelos diferentes grupos que vivem e interpretam a cidade. Essa articulação entre estrutura urbana, práticas cotidianas e permanência cultural também aparece no documento municipal dedicado ao patrimônio histórico de Cuiabá (2010):

> O tombamento do Centro Histórico de Cuiabá garante valores históricos e culturais do centro da cidade, especialmente na área onde o arruamento da antiga Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá continua praticamente intacto, abrigando as diversas arquiteturas dos mais de 280 anos de evolução urbana e cultural de sua estrutura setecentista. Integrando e vivificando esse acervo, o *modus vivendi e faciendi* cotidiano e tradicional dos cuiabanos – sua vida social, suas expressões de arte nos diversos campos - fundamenta a permanência cultural. (CUIABÁ, 2010, p. 6).

A passagem da cidade-monumento para a paisagem cultural exige uma mudança de abordagem. A cidade-monumento tende a selecionar edifícios exemplares e transformá-los em ícones. A paisagem cultural, ao contrário, exige considerar relações, contextos e usos. Em Cuiabá, isso significa ler igrejas, casarões, ruas, becos, largos, vazios, morros, córregos canalizados, áreas comerciais e espaços populares como partes de um sistema histórico. A preservação perde força quando isola o objeto e ignora o tecido urbano que lhe dá sentido.

O tombamento cria uma moldura legal, mas a permanência da paisagem depende de usos sociais, recursos de conservação, fiscalização, educação patrimonial e políticas urbanas integradas. Um centro histórico pode estar legalmente protegido e, ainda assim, perder vitalidade. Pode conservar fachadas e perder moradores. Pode manter igrejas e perder práticas de vizinhança. Pode tornar-se cenário turístico sem ser espaço vivido. No caso cuiabano, Daltro (2026) apresenta um diagnóstico recente da distância entre proteção jurídica e conservação efetiva:

> Grande parte da área apresenta estado de abandono: poucas são as edificações que estão conservadas e preservadas, sendo observado um aumento significativo de imóveis fechados que vão se deteriorando com o passar dos anos, não ocasionalmente constatam-se desabamentos dessas edificações. Ao longo dos anos, tal situação acaba por contribuir para que parte da população não se identifique com o local, cada vez mais enxergando a área como uma região obsoleta. (DALTRO, 2026, p. 194).

Por isso, a preservação de Cuiabá deve ser pensada como política de paisagem. Isso implica articular conservação material, uso habitacional, circulação qualificada, atividades culturais, valorização da memória negra e popular, leitura crítica da modernização e combate à descaracterização comercial. A paisagem histórica não se mantém apenas por proibição. Mantém-se quando a cidade reconhece nela uma dimensão de pertencimento e futuro.

2.7 A iconografia da paisagem cuiabana: permanências, ausências e disputas de sentido

A leitura iconográfica do centro histórico de Cuiabá permite reconhecer três conjuntos de signos: permanências, ausências e recomposições. As permanências correspondem às igrejas, aos casarões, aos largos, aos traçados viários e às relações espaciais que ainda permitem identificar aspectos da formação histórica da cidade. As ausências incluem edifícios demolidos, córregos ocultados, fachadas descaracterizadas e práticas urbanas deslocadas. As recomposições, por sua vez, decorrem dos usos contemporâneos, das intervenções patrimoniais e das novas formas de apropriação cultural do centro.

A Igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito constitui uma permanência especialmente significativa, por conservar relações históricas entre religiosidade, população negra, irmandades e organização urbana. Em sentido oposto, a demolição da antiga Catedral Metropolitana demonstra que a ausência também pode adquirir valor interpretativo. Mesmo

quando a forma material desaparece, permanecem narrativas, referências espaciais e lembranças que participam da compreensão da paisagem. A preservação deve considerar também as rupturas que dificultaram a compreensão histórica do conjunto.

As recomposições mostram que o centro histórico continua em movimento, novos usos comerciais, religiosos, culturais, turísticos e residenciais atribuem outros sentidos às formas herdadas. Essas apropriações podem ampliar a presença social do patrimônio, mas também podem reduzir sua densidade histórica quando orientadas apenas pela exploração econômica ou pela produção de uma imagem cenográfica da cidade.

As diferentes formas de apropriação do centro histórico revelam mudanças na relação entre a cidade e seu patrimônio. Ao longo do tempo, políticas urbanas e interesses econômicos redefiniram sua função e seu valor, muitas vezes afastando-o das experiências cotidianas de moradores e usuários. Guimarães (2023) identifica as etapas desse processo:

> O Centro Histórico passou de bem coletivo a ser salvaguardado a obstáculo ao progresso, depois a fator de desenvolvimento e, mais recentemente, a atrativo turístico. É preocupante o distanciamento deste bem cultural em relação a seus usuários, moradores e cuiabanos comuns. (GUIMARÃES, 2023, p. 199).

No entanto, embora o centro histórico seja apresentado por Guimarães como atrativo turístico na atualidade, sua capacidade de receber visitantes permanece limitada pela deterioração e pelo esvaziamento de muitos imóveis, pela oferta descontínua de atividades culturais e pelas dificuldades de segurança, mobilidade e conservação dos espaços públicos. As ações pontuais de revitalização e ocupação ainda não formam um circuito capaz de apresentar de maneira integrada a história, a arquitetura e as práticas culturais vinculadas à formação da cidade, evidenciando o distanciamento entre os projetos destinados ao centro e a presença cotidiana da população nesse espaço.

2.8 Requalificação, experiência urbana e direito à memória

A requalificação do centro histórico de Cuiabá deve articular a recuperação física de edifícios e espaços públicos à permanência de moradores, trabalhadores, comerciantes e frequentadores. A restauração de fachadas, a requalificação de praças e a instalação de equipamentos culturais ganham sentido quando contribuem para manter a vida cotidiana no

centro. A permanência de moradores no centro não se explica apenas por condições funcionais ou econômicas. A partir das entrevistas realizadas com residentes, Silva observa que “os vínculos de amizade e familiares ainda são valores muito importantes para as pessoas e para as famílias cuiabanas” (SILVA, 2019, p. 40). Essa dimensão reforça que habitar o centro envolve relações de proximidade, memória e pertencimento que não podem ser substituídas pela simples recuperação das fachadas.

Nessa perspectiva, a contribuição de Besse (2014) permite compreender que a paisagem não se reduz a um objeto contemplado, mas envolve formas de presença e relação com o espaço. Caminhar, habitar, trabalhar, celebrar e reconhecer referências históricas são práticas que mantêm o centro integrado à vida da cidade. A requalificação deve, portanto, criar condições para que o patrimônio continue sendo vivido, e não apenas observado.

A dimensão corporal dessa experiência foi observada por Louzich, Rambo e Fiorin (2022) em seus percursos pelo centro histórico:

> Contudo, o corpo que caminha traz uma bagagem, uma história e uma identidade, pois o corpo é político, nós somos políticos, nos afetamos e somos afetados pelos espaços e estes espaços são territorialidades de grupos diversos. [...] Deste modo, entendemos que o caminho aqui é um labirinto que construímos, não só para conhecer a cidade, mas, também, para saber de nós mesmos, para reconhecer o corpo que habitamos. (LOUZICH; RAMBO; FIORIN, 2022, p. 304).

O direito à memória urbana exige também ampliar as narrativas associadas ao centro histórico. As experiências de populações negras e indígenas, trabalhadores, comerciantes, moradores, irmandades e grupos populares também integram a história do lugar. Incorporar essas memórias significa reconhecer a pluralidade social que participou da produção da paisagem cuiabana, ampliando as narrativas sobre sua formação histórica.

Essa orientação possui implicações práticas para a educação patrimonial. Percursos urbanos, relatos orais, fotografias antigas, cartografias históricas e afetivas, exposições e atividades de campo podem articular edifícios preservados, espaços transformados e lugares marcados por ausências. O centro histórico torna-se, assim, espaço de leitura e interpretação da cidade, e não apenas uma coleção de monumentos.

Nesse processo, instrumentos de documentação e espacialização podem contribuir para organizar informações, identificar bens culturais e subsidiar ações de conservação. Embora o estudo de Novack, Nobre e Clemente (2019) não se restrinja ao Centro Histórico, abrangendo

bens históricos e culturais distribuídos pelo município de Cuiabá, sua contribuição demonstra as possibilidades do mapeamento e da constituição de bancos de dados para a gestão patrimonial:

> A utilização cada vez maior de ferramentas e sistemas que proporcionem a consolidação de dados geográficos e os transformem em mapas temáticos são importantes para várias áreas do saber, assim como no campo da arquitetura e urbanismo, pois proporcionam maior agilidade e confiabilidade nas informações e mapas gerados. Os pontos geográficos dos bens históricos e culturais de Cuiabá e o próprio mapa temático gerado, possibilitará a utilização de um banco com dados já tabulados, proporcionando maior agilidade no desenvolvimento de projetos que venham a otimizar as formas de manutenção e preservação dos patrimônios históricos e culturais do município e estado. (NOVACK; NOBRE; CLEMENTE, 2019, p. 39-40).

Para a análise do centro histórico, a relevância dessa contribuição reside no potencial dos procedimentos de mapeamento e sistematização das informações, e não na apresentação de um diagnóstico específico do conjunto urbano tombado. Esses instrumentos podem apoiar a educação patrimonial, o acompanhamento das condições dos imóveis e o planejamento das intervenções, desde que integrados a políticas urbanas mais amplas.

A produção de informações e o aperfeiçoamento dos instrumentos técnicos, entretanto, não substituem a necessidade de ações públicas permanentes. A rrequalificação depende de políticas de habitação, segurança, acessibilidade, manutenção dos imóveis, controle da publicidade, apoio aos proprietários e incentivo às atividades culturais. O tombamento oferece proteção jurídica, mas não assegura isoladamente a vitalidade do conjunto. Ao analisar a trajetória das políticas de preservação em Cuiabá, Guimarães ressalta a necessidade de continuidade institucional e articulação entre os diferentes agentes:

> Por fim, verifica-se que no caso de conjuntos urbanos somente o tombamento e a aplicação de normas urbanísticas não são suficientes para a reversão de quadros complexos que atravessam outras áreas da gestão pública. Articulação e principalmente a continuidade da cooperação entre agentes são as condições iniciais para uma gestão de cidades de interesse cultural, com foco na melhoria da qualidade de vida da população residente e frequentadora da área, devendo ser mobilizadas políticas públicas permanentes, de longa duração para resultados mais satisfatórios. (GUIMARÃES, 2023, p. 201).

O desafio consiste, portanto, em conservar o centro histórico como território de convivência, memória e uso cotidiano. As intervenções contemporâneas devem respeitar suas referências culturais, sem impedir as adaptações necessárias à vida urbana. Requalificar significa não apenas recuperar formas materiais, mas articular conhecimento, gestão pública e condições

sociais que permitam à população reconhecer, utilizar e reinterpretar o centro histórico ao longo do tempo.

3. Considerações finais

O centro histórico de Cuiabá deve ser compreendido como parte estruturante da cidade contemporânea, pois suas referências urbanas, culturais e sociais ainda participam da produção de sentidos sobre a cidade. A preservação desse conjunto exige uma atuação integrada, com planejamento contínuo, enfrentamento do abandono e manutenção dos usos cotidianos. Também envolve ampliar a compreensão pública do patrimônio, incorporando experiências e memórias pouco presentes nas narrativas institucionais.

Nesse processo, a iconografia da paisagem permite identificar como diferentes períodos e grupos sociais deixaram marcas na materialidade e na imagem do centro histórico. O Projeto Alma Cuiabá constitui um exemplo de iniciativa voltada a esse reconhecimento, ao articular a análise histórica e arqueológica, o estado de conservação dos imóveis e as relações afetivas da população com o patrimônio. Trabalhos dessa natureza aproximam o conhecimento histórico das experiências de moradores e frequentadores e podem orientar ações de preservação vinculadas à vida cotidiana e às transformações da cidade.

4. Referências

BESSE, Jean-Marc. *O gosto do mundo: exercícios de paisagem*. Tradução de Annie Cambe. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014.

BRASIL. Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1937.

BRASIL. Ministério da Cultura. Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Tombamento do Centro Histórico de Cuiabá: processo nº 1180-T-85*. v. 1. Rio de Janeiro: SPHAN, ago. 1985.

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Instrução normativa do conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico da cidade de Cuiabá*. Cuiabá: IPHAN, 1994.

COSGROVE, Denis E. *Social formation and symbolic landscape*. 2. ed. Madison: University of Wisconsin Press, 1998.

COSGROVE, Denis; DANIELS, Stephen (ed.). *The iconography of landscape: essays on the symbolic representation, design and use of past environments*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

CUIABÁ (MT). Prefeitura Municipal. Instituto de Planejamento e Desenvolvimento Urbano. *Patrimônio histórico de Cuiabá*. Cuiabá: IPDU, 2010.

CUIABÁ (MT). Prefeitura Municipal. *História: breve histórico da cidade*. Cuiabá: Prefeitura Municipal de Cuiabá, [s. d.]. Disponível em: https://turismo.cuiaba.mt.gov.br/cidade. Acesso em: 22 jun. 2026.

DALTRO, Glenda Diniz. História e memória: uma questão de identidade no centro histórico de Cuiabá, Mato Grosso, Brasil. *Revista Projetar: Projeto e Percepção do Ambiente*, [S. l.], v. 11, n. 1, p. 186-195, jan. 2026.

GUIMARÃES, Maria Bárbara Thame. *A saga da preservação do patrimônio urbano de Cuiabá/MT: políticas públicas nas tensões entre progresso e preservação*. 2023. Dissertação (Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2023.

LACERDA, Marina Duque Coutinho de Abreu. *O IPHAN e a invenção dos lugares de memória em Cuiabá: as demandas e políticas de preservação do patrimônio histórico (1958-2013)*. 2014. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2014.

LOUZICH, Kellen Melo Dorileo; RAMBO, Fernando Perinazzo; FIORIN, Evandro. O corpo sensível no centro de Cuiabá/MT: relatos de um caminhar cartográfico. *PIXO: Revista de Arquitetura, Cidade e Contemporaneidade*, Pelotas, v. 6, n. 23, p. 292-307, 2022.

NOVACK, Franciele Cavalheiro; NOBRE, Mariane dos Santos Freitas da Silva; CLEMENTE, Cézar. Mapeamento do patrimônio histórico e cultural de Cuiabá-MT: tecnologias aplicadas, representatividade e história. *Revista Científica ANAP Brasil*, São Paulo, v. 12, n. 27, p. 26-40, 2019.

ROSA, Carlos Alberto. A Rua do Meio: o micro e o macro. *Diário de Cuiabá*, Cuiabá, 17 out. 2000. Disponível em:

https://www.diariodecuiaba.com.br/artigo/a-rua-do-meio-o-micro-e-o-macro/25847. Acesso em: 05 ago. 2026.

SILVA, Amilton Martins da. *Situação do Centro Histórico de Cuiabá: um olhar sobre suas casas e casarões antigos*. 2019. 70 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Educação e Patrimônio Cultural e Artístico) – Instituto de Artes, Universidade de Brasília, Polo - Cidade de Goiás - GO, 2019.

SILVA, Tamires dos Santos Soares da; SILVA, Bruna dos Santos e; SILVA, Marcia Alves Soares da. Geografias do cuidado e as imagens da cidade: o Centro Histórico de Cuiabá (MT). In: ENCONTRO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM GEOGRAFIA, 16., 2025, Macapá. *Anais do XVI Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia*. Campina Grande: Realize Editora, 2025. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/index.php/artigo/visualizar/124719. Acesso em: 10 jun. 2026.